

# DILEMAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA EM FLORESTAN FERNANDES

Simone Zientarski<sup>1</sup>

Cênio Back Weyh<sup>2</sup>

## Resumo

A investigação emerge de leituras e discussões realizadas em projeto de Iniciação Científica, tendo por tema “Concepções de educação, escola pública e educador/professor na perspectiva de Florestan Fernandes“. Nesse sentido, o artigo objetiva destacar e explicitar contribuições do eminente sociólogo, considerado o ‘pai da sociologia crítica no Brasil’ para o campo educacional, enfatizando suas considerações sobre escola pública e o papel do educador neste contexto. O problema de pesquisa que orientou a investigação diz respeito às concepções de escola pública e de educador na perspectiva desse intelectual, militante e político comprometido com os interesses dos menos favorecidos da sociedade, frente aos dilemas educacionais brasileiros. Metodologicamente a investigação é considerada bibliográfica, qualitativa, exploratória e analítica, com ênfase em dois textos de grande relevância na obra de Fernandes que abordam a questão da educação sob seus diferentes focos: ‘Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?’ (1975) e ‘Educação e Sociedade no Brasil’ (1966). Fernandes acreditava que a educação representava uma mediação importante para impulsionar as necessárias transformações sociais. Por isso, enquanto deputado federal investia fortemente suas energias em favor da organização de forças agregadoras na direção de um ‘outro mundo é possível’, com menos desigualdade, mais justiça social, através da participação e do controle social efetivo dos cidadãos. Enquanto socialista convicto (até a morte) defendia que os recursos públicos deveriam ser investidos em instituições públicas. Nesta perspectiva, estabelecia um fecundo diálogo com outros autores pesquisadores que abordam o tema da educação, entre os quais destacamos: Anísio Teixeira, Paulo Freire e Moacir Gadotti (2000). Enquanto acadêmica do Curso de Pedagogia, futura docente, torna-se importante compreender ideais defendidos por intelectuais como Florestan Fernandes, uma vez que este contexto cerca implícita e explicitamente as práticas educativas. Historicamente, a escola foi influenciada pelos setores dominantes enquanto o povo era espectador de uma educação alienante e descontextualizada ficando à margem do desenvolvimento social. Dessa forma, a escola e os profissionais da educação devem se implicar em práticas inovadoras, investindo em uma formação crítica dos alunos, auxiliando nos processos de emancipação e autonomia do povo. Acima de tudo, engajar-se na luta pela escola pública de qualidade para todos, mesmo que possa significar uma realidade ainda um tanto distante no contexto brasileiro. Em conclusão pode-se dizer que Fernandes ainda hoje representa como uma das principais referências para repensar o já pensado pensamento político-pedagógico, pelo vasto e rico legado às

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI- Campus Santo Ângelo, bolsista de Iniciação Científica. [simonezientarski23@gmail.com](mailto:simonezientarski23@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Doutor do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus Santo Ângelo, Orientador [ceniow@san.uri.br](mailto:ceniow@san.uri.br)

novas gerações. Por isso justifica-se estudá-lo com vistas a pensar e repensar os dilemas contemporâneos, especialmente no que tange a área da educação.

**Palavras chave:** Escola pública; Professor; Transformação; Desigualdades.

## **DILEMMAS AND CHALLENGES OF BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION IN FLORESTAN FERNANDES**

### **Abstract**

The research emerges from readings and discussions carried out in a project of Scientific Initiation, with the theme "Conceptions of education, public school and educator / teacher in the perspective of Florestan Fernandes". In this sense, the objective article highlights and makes explicit contributions from the eminent sociologist, considered the 'father of critical sociology in Brazil' for the educational field, emphasizing his considerations about public school and the role of the educator in this context. The research problem that guided the research concerns the conceptions of public school and educator in the perspective of this intellectual, militant and political committed to the interests of the less favored of society, facing the Brazilian educational dilemmas. Methodologically, the research is considered bibliographical, qualitative, exploratory and analytical, with emphasis on two texts of great relevance in the work of Fernandes that address the issue of education under its different focuses: 'Brazilian University: Reformation or Revolution?' (1975) and 'Education and Society in Brazil' (1966). Fernandes believed that education represented an important mediation to foster the necessary social transformations. For this reason, as a federal deputy, he strongly invested his energies in favor of the organization of aggregating forces in the direction of an 'other world is possible', with less inequality and more social justice, through the participation and effective social control of citizens. As a committed socialist (even to death) he argued that public resources should be invested in public institutions. In this perspective, he established a fertile dialogue with other authors that approach the subject of education, among which we highlight: Anísio Teixeira, Paulo Freire and Moacir Gadotti (2000). As an academic of the Pedagogy Course, future teacher, it becomes important to understand ideals defended by intellectuals like Florestan Fernandes, since this context implicitly and explicitly surrounds the educational practices. Historically, the school was influenced by the dominant sectors while the people were spectators of an alienating and decontextualized education, leaving the margin of social development. In this way, the school and education professionals must engage in innovative practices, investing in a critical formation of students, assisting in the processes of emancipation and autonomy of the people. Above all, engage in the struggle for quality public education for all, even though it may mean a reality still somewhat distant in the Brazilian context. In conclusion it can be said that Fernandes still today represents as one of the main references to rethink the already thought political-pedagogical thought, by the vast and rich legacy to the new generations. For this reason it is justified to study it in order to think and rethink the contemporary dilemmas, especially in the area of education.

**Keywords:** Public school; Teacher; Transformation; Inequalities.

## **1 INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa apresenta-se como um estudo de Iniciação Científica que busca compreender a obra de Florestan Fernandes, tendo como foco sua militância em favor da escola pública, luta travada especialmente em prol das classes menos favorecidas, que historicamente foram postas a margem da sociedade e do sistema educacional de qualidade.

Nesse sentido, enquanto acadêmica do Curso de Pedagogia, futura profissional da educação, se faz pertinente o estudo de intelectuais que se debruçaram sobre os dilemas do processo educacional brasileiro. Essa importância ganha força a partir dos acontecimentos atuais no contexto político, econômico, social e educacional, e aporta para a urgência de repensar o já pensado, na busca de compreender a situação atual e possíveis alternativas de transformação.

De outro lado, a pesquisa se apresenta como necessária, visto que a prática pedagógica é imersa no universo político, sendo que toda ação docente se ocupa da politicidade, pois está imbuída de intenções e escolhas. Sendo assim, não há a possibilidade de assumir a neutralidade pois transparece em favor do que e de quem o educador realiza seu trabalho. Nesse sentido, é indispensável que o educador tenha clareza e fundamentação teórica consistente sobre sua prática e a consciência do poder transformador – e/ou alienante- da educação em termos sociais. Nesse cenário, Fernandes se tornou-se como que uma referência fundamental para refletir e repensar os rumos atuais do país e das escolhas do educador em sala de aula.

Dada a relevância do presente estudo, o trabalho objetiva destacar as contribuições do eminente sociólogo para a educação no contexto brasileiro, voltando o olhar especialmente para suas concepções de escola pública e educador.

## **2 METODOLOGIA**

A investigação emerge do projeto de Iniciação Científica, que tem por tema “Concepções de educação, escola pública e educador/professor na perspectiva de Florestan Fernandes“. A mesma se alicerça em uma pesquisa bibliográfica qualitativa, exploratória e analítica considerando os trabalhos mais relevantes de Florestan Fernandes que abordam a questão da educação sob seus diferentes focos. Nesse sentido, destacam-se duas obras do autor, a citar “Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?” (1975) e “Educação e Sociedade no Brasil” (1966).

O artigo está estruturado em duas partes: inicialmente apresenta-se um breve histórico da vida e obra de Florestan Fernandes, abrangendo suas posturas e militâncias ao longo da vida. A partir dessa, buscou-se foram explanadas algumas considerações sobre as concepções de escola pública e o papel do educador na obra do autor pesquisado. Tudo isto, em diálogo com autores que conversam sobre o tema, agregando reflexões pertinentes e enriquecedoras, tais como Anísio Teixeira (1994), Paulo Freire (1987,1996) e Moacir Gadotti (2000).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Historicamente, intelectuais do mundo inteiro e, de diversas áreas, se debruçaram sobre temáticas relevantes em busca de identificar e compreender fenômenos bem como solucionar problemas de sua época. Nesse contexto, alguns destes, obtiveram destaque em suas produções, arquitetando melhorias para sua região, país ou inclusive à humanidade.

Florestan Fernandes, sociólogo implicado com as lutas sociais, desde sua tenra idade, identificou-se como alguém comprometido com as causas em favor de uma sociedade mais justa, na qual todos pudessem ter vez e voz. De origem humilde e trabalhando desde a infância, dirigiu/orientou seus ideais e concepções de humildade e perseverança, construídos desde muito cedo, em prol do bem público. Por fazer parte de uma família pobre, muitas vezes sem o atendimento das necessidades mais básicas de sobrevivência, Florestan experienciou as dificuldades de pertencer aos desclassificados e, por coerência, mais tarde concentrou suas lutas na defesa das minorias sociais como os negros, os índios e as classes marginalizadas.

Em seus 75 anos de vida, o sociólogo disseminou suas ideias pelos vários ambientes que frequentou profissionalmente. Dentre todas, destacaram-se: na condição de sociólogo crítico e indignado com o *modus operandi* da sociedade escreveu dezenas de obras, se destacando a produção de livros e artigos de jornais publicizados em “O Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo”, por meio dos quais denunciava mazelas da época, se posicionando criticamente sobre os acontecimentos correntes naquele período; enquanto deputado federal participou das discussões da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que seria aprovada um ano após sua morte; quando docente na Universidade de São Paulo, a partir de seu “rigor científico” travava reflexões sociológicas desafiadoras e inquietantes com seus alunos a respeito das desigualdades sociais pautada na relação entre burgueses e proletariados. Esta convivência com o professor universitário é retratada em um livro intitulado “O saber militante-ensaios sobre Florestan Fernandes” que apresenta relatos de seus alunos da graduação e, um desses testemunhos é o de Fernando Henrique Cardoso - que ocupou a

posição de Presidente da República do Brasil entre os anos de 1995 a 2002. Ele lembra que o exercício sociológico era algo levado a sério por Fernandes:

Esse empenho terrível de demonstrar a todos nós que havia uma ética do trabalho a ser desenvolvida e que não era qualquer trabalho, mas um trabalho rigoroso a partir de um conjunto de hipóteses e de um conjunto de métodos, aquilo era a paixão da vida de Florestan Fernandes e ele transmitiu-a a nós. (1987, p.24).

O sociólogo em questão criticava os privilégios da classe dominante, o descaso com o povo brasileiro, entre outras denúncias que afrontavam o poder, e, em uma oportunidade, contestando o tratamento dado a seus amigos presos durante a ditadura militar, Florestan foi também preso, mas depois de livre continuou com sua militância.

Sob esta perspectiva, Fernandes voltou seu foco em uma direção necessária, porém desafiadora, que fazia parte de seu interesse em lutar em favor da educação, enquanto bem público e de direito universal. A partir de suas pesquisas aprofundadas sobre a história educacional brasileira, à luz de seu conhecimento e influências herdadas de seus estudos em Sociologia, o intelectual identificou dilemas e desafios persistentes, que assolavam/assolam a educação no Brasil desde a construção das primeiras escolas.

Sabe-se que as instituições de ensino nos países periféricos foram sempre pensadas, estruturadas e frequentadas por pessoas com alto poder aquisitivo. Assim, a educação era voltada para suas necessidades e interesses, tanto para a manutenção quanto disseminação dos ideais da classe dominante. Nessa direção, as classes menos favorecidas ficavam alheias ao universo da educação formal e, por isso, também não tinham consciência de sua importância, fator que, mais tarde, lhes tornaria inerte frente a lutas pelo seu direito a educação.

Ao se debruçar sobre a realidade educacional brasileira, Fernandes desenvolveu e explicitou e um das principais foi analisada amplamente em seu livro “Educação e Sociedade no Brasil” (1966), é o fato de o Brasil não organizar suas escolas públicas para atender as classes menos favorecidas. Sua crítica se fundamenta da seguinte maneira: quando o Brasil instituiu a gratuidade e a universalidade do ensino, a educação, que era privilégio da classe dominante e atendia somente os seus interesses, se expande para toda a população brasileira. Entretanto, para atender a grande demanda populacional, que tinha garantido seu acesso à escola, o governo disseminou muitas escolas pelo território brasileiro. Entretanto- e aí se encontra a denúncia de Fernandes- apenas se investiu na quantidade de estabelecimentos de ensino, reproduzindo moldes uniformizados de escola, sem atentar para a qualidade destas instituições. Nesse sentido, afirma que “(...) Sob o pretexto de que carecemos de mais escolas,

ignoramos o fato básico de que precisamos de outros tipos de escolas, e devastamos, improdutivamente, assim, larga parte dos escassos recursos que destinamos à instrução. (FERNANDES, 1966, p. 351).”

Neste determinado ponto, é importante observar que quantidade não significa qualidade e, perceber que, a escola da classe dominante não pode servir ao povo, uma vez que os interesses e necessidades do proletariado ocupam socialmente outro plano e, por isso, merecem instrumentos, métodos, recursos humanos específicos para atuarem a serviço destes. Por isso, a estrutura disseminada que não atende as peculiaridades de seu alunado, é classificada como obsoleta, antiquada e arcaica.

Entretanto, há ainda um fator mais grave a ser considerado: estes modelos arcaicos de escola não foram, ainda, reestruturados. Ou, como entende Fernandes, “o que deveria ser aceito como uma ‘anomalia indesejável’, (...) instala-se como norma e padrão.” (1966, p.77). A partir desta afirmação, cabe perguntar: Este modelo obsoleto de escola ainda está instalada, atualmente, como norma e padrão em nossa sociedade? Conseguimos identificar algumas transformações nas estruturas das instituições de ensino, na direção de atender o direito à educação de qualidade para todos?

Para o pensador, no âmbito da denúncia, Fernandes destaca que a nossa sociedade forjou um projeto de democracia, de educação que se dizia para o povo, entretanto, mantiveram-se os privilégios da classe dominante e seus interesses continuaram explícita ou implicitamente presentes dentro das escolas públicas, como forma de alienação e acomodação das classes populares. Segundo o sociólogo, “por isso, o que assistimos, de fato, foi à formação de um sistema escolar que se funda, formalmente, em valores democráticos, mas funciona, na prática, segundo interesses e/ou acomodações variavelmente pré ou antidemocráticos”. (1959, sp).

Partindo do pressuposto que as escolas públicas não cumprem suas exigências internas com qualidade e compromisso com as novas gerações, em prol do povo em geral, deve-se atentar para o lugar que a educação ocupa no que diz respeito às exigências e transformações sociais, que extrapolam os muros escolares. Nesse contexto, Florestan assevera:

Em toda parte o quadro é sempre o mesmo: as nossas escolas só preenchem suas funções formalizadas e estáticas, desdenhando de intervir na formação do horizonte cultural do homem, tendo em vista as condições concretas de existência, para auxiliá-lo a enfrentar com inteligência os desafios do presente, por mais graves e perigosos que eles sejam. (1966, p. 82).

O que prevalece em muitas escolas ainda hoje é um ensino compartimentalizado, fragmentado, uniformizado, que não atende as necessidades educacionais específicas do alunado, sendo apresentado de forma descontextualizada, que não corresponde às demandas sociais. A escola não se preocupa com as contingências externas, se faz indiferente aos acontecimentos da sociedade.

Nas áreas em que a produtividade assegura crescimento demográfico contínuo expansão da agricultura e prosperidade de núcleos urbanos regionais, as instituições escolares não contribuem para facilitar o ajustamento de segmentos flutuantes da população, para *educar* o “homem do campo” nem para *formar* o “homem da cidade”. Nas áreas em que as tensões étnicas poderiam ser aliviadas ou removidas, mediante intervenções irradiadas a partir da escola, esta permanece insensível aos problemas humanos que se desenrolam em seu próprio nicho. (FERNANDES, 1959, p. 146).

Sob estes argumentos, tendo por foco a qualificação da escola pública que atendesse os interesses do povo brasileiro, Fernandes participou, em 1959, da Campanha em Defesa da Escola Pública. Para ele, o objetivo desta era, sinteticamente, pelo viés democrático “(...) produzir ‘bom ensino’ e de proporcioná-lo, sem restrições econômicas, ideológicas, raciais, sociais ou religiosas, a qualquer indivíduo e a tôdas as camadas da população”. (1966, p.356).

Como já fora mencionado, Florestan disseminou seus ideais de escola pública não apenas nesta Campanha, mas também ao longo de seus escritos anteriores e posteriores. Dentro desta perspectiva, defendia a qualidade e a eficácia das escolas, entretanto, não apontava apenas os problemas, mas as possíveis medidas para a solução destes. No entanto, como afirma o iminente intelectual “as debilidades de nossa formação cultural e política não permitiram que os alvos visados fôssem alcançados plenamente”.(1966, p.347).

Na perspectiva de defender a melhoria da educação/escola, outros muitos autores abordaram sobre a importância das políticas públicas educacionais enquanto instrumento de liberdade, emancipação e transformação social, permitindo que as classes menos favorecidas tenham voz e vez na luta contra as desigualdades. Dentre eles, Paulo Freire, patrono da Educação Brasileira (2012), ocupa papel essencial por trazer reflexões contundentes a cerca da Educação como prática de liberdade. Esta só pode ocupar os espaços escolares na presença de diálogo, e nisto, Freire aponta a importância de o educando “dizer a sua palavra”.

Em contraponto a este tipo de educação, Freire denuncia o que chama de “educação bancária”, se referindo a práticas pedagógicas que não escutam nem consideram as peculiaridades do alunado; que tomam o saber como algo acabado, colocando o aprendiz como mero espectador do processo. Em um dos seus mais conhecidos livros, “Pedagogia do

Oprimido”, explica que este tipo de educação, de certa forma, exclui o homem enquanto ser, pois:

(...) em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, (...) . Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. (1987, p.33).

Tais contribuições freireanas nos permitem analisar que esta educação obsoleta não permite o diálogo, a consciência dos cidadãos de sua situação de “oprimido”- como nomearia Paulo Freire - pela classe dominante e, por conseguinte, essa situação implica na acomodação e, mesmo, na inércia, não ampliando seus horizontes com vistas a transformação necessária. Assim, a educação legitima as relações de poder, na qual os “educados” dependem dos “alienados” para continuar sendo privilegiado e manter-se apoderado. Corroborando com esta ideia, Anísio Teixeira considera que,

(...) se tomarmos o ponto de vista de que o processo educativo é um processo seletivo, destinado a retirar da massa alguns privilegiados para uma vida melhor, que se fará possível exatamente porque muitos ficarão na massa a serviço dos ‘educados’; então o sistema funciona, exatamente por não educar todos, mas somente uma parte. (1994, p. 50).

Para Fernandes os movimentos de inovação da escola pública brasileira não devem perecer frente aos desafios que as impedem de criar raízes, e esta luta, necessária, deve ser incessante até que os objetivos sejam atingidos. Por isso entende ser “preciso que se constituam e fortaleçam, com urgência, tendências à inovação no seio das escolas e que elas correspondam, com força irresistível, aos demais processos que concorrem para a remodelação da sociedade brasileira”. (1966, p. 83).

Neste contexto o papel do professor se faz indispensável para a transformação da escola pública e da educação. No entanto, parafraseando o sociólogo, cabe a indagação: a classe docente sendo desvalorizada e a desmotivação dos professores é cada vez mais presente; seu contexto de trabalho, vêm sendo progressivamente desfavorável ao exercício docente, seus salários não acompanham o poder aquisitivo da população, e se até mesmo (hoje) os soldos estão sendo pagos de forma parcelados, qual a perspectiva de transformação que estes sujeitos podem alavancar? Onde arrancar forças para nadar contra essa corrente? Este é o desafio e também um dos limites do processo de desenvolvimento da educação de ontem e também ainda de hoje das sociedades que experienciaram e persistem na má

distribuição da renda, na concentração de privilégios, caracterizando-se pela profunda desigualdade social, na qual poucas pessoas têm cada vez mais e muitas cada vez menos.

Nessa condição, os professores, bem como os alunos, foram historicamente objetos de alienação em sua prática e, portanto, ficavam alheios a quaisquer tentativas de mudanças nas escolas. Eles, que poderiam / deveriam despertar e fomentar nos estudantes os anseios por mudança e instrumentalizá-los de possibilidades para tanto, se viam em um processo educativo permeado de meras formalidades burocráticas e controle do Estado. Nessa perspectiva, Fernandes salienta que:

O lado mais dramático da situação educacional brasileira está no alheamento a que foram relegados o mestre-escola e os professores. No fundo, foram convertidos numa espécie de formiga operária, da qual não se espera outra coisa senão uma produção estereotipada, obtida por vias rotineiras. Enquanto perdurar essa situação será impossível imprimir novos rumos à educação brasileira. Haverá sempre um abismo intransponível entre os objetivos educacionais, definidos pela teoria pedagógica posta em prática através das reformas do ensino, e os processos pedagógicos reais. (1966, p.108).

Diante desta denúncia se faz cada vez mais urgente que os educadores forjem um projeto de classe, e, se unam na busca por seus objetivos. Para Fernandes (1966), embora as aspirações individuais de mudança sejam válidas e importantes, apenas estas, não atingirão os alvos desejados, e, para lograr êxito, os professores precisam buscar coletivamente por seus anseios, definindo bem os objetivos de seu interesse. Mesmo com a persistente / insistente desvalorização dos educadores no contexto educacional brasileiro, os intelectuais da área não negam sua importância decisiva enquanto sujeitos educadores, os quais Fernandes (1966, p.108), se refere como “mola mestra de quaisquer sistema de ensino”.

Para Gadotti, é impensável um futuro para a humanidade sem professores / educadores crítica.

Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores, assim como não se pode pensar num futuro sem poetas e filósofos. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. (...) Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem *sentido para a vida* das pessoas e para a humanidade e buscam juntos, um mundo mais justo, mas produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis. (2000, p.9).

Como afiança o autor, os educadores cumprem uma missão importantíssima, que deve se revestir de comprometimento, uma vez que seu exercício está envolvido continuamente com relações humanas, que, por sua vez, envolvem histórias de vida particulares, diversos jeitos e modos de ser que precisam ser respeitos em sua diversidade. Segundo Freire, “se se

respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar.” (1996, p.16).

De outro lado, o educador deve ter consciência de que a educação é um ato político, e, que suas ações cotidianas estão imbuídas de intenções e de escolhas, e essas deixam claro a favor de quem e contra quem o educador está agindo; se está trabalhando em prol dos interesses do povo ou da classe dominante. Por isso, não admite-se que a educação seja tratada como prática neutra. De acordo com Florestan,

Pensar politicamente é alguma coisa que não se aprende fora da prática, se o professor pensa que sua tarefa é ensinar o ABC e ignora a pessoa de seus estudantes e as condições em que vivem, obviamente não vai aprender a pensar politicamente ou talvez vá agir politicamente em termos conservadores, prendendo a sociedade aos laços do passado, ao subterrâneo da cultura e da economia. (FERNANDES, 1989, p. 165).

Portanto, a educação enquanto ato político não pode ignorar o ser humano, seus princípios, ideias, histórias, mas, deve sim, tornar essa condição, aliada das decisões a serem tomadas, em conjunto. E, essa ação, necessariamente envolve qualidade, por isso,

O professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista subdesenvolvida e com problemas especiais e, nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política de mesma qualidade (FERNANDES, 1989, p. 170).

Sabe-se da importância da qualificação docente nesse processo, do compromisso, da ética, da formação enquanto processo contínuo e interminável. A educação de modo geral apresenta-se como caminho determinante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária enquanto utopia, mas para que isto seja concretizado é necessário apostar na educação e se engajar em sua urgente e necessária transformação. Os professores precisam se colocar no lugar de militantes dessa causa, forjando um processo de luta em prol da real democratização das escolas, na qual as oportunidades sejam efetivamente iguais a todos, pois eles são agentes determinantes nesse processo. Moldes arcaicos de escola não têm mais espaço em uma sociedade tão avançada científica, tecnológica e moralmente quanto a nossa. De acordo com Fernandes,

As nações modernas, que não possuem um *bom* sistema educacional, pagam um alto preço por esse fato. Ficam à margem dos grandes processos civilizatórios de nossa época, dependendo das demais nações até para tomar consciência de seus problemas sociais e lutar contra eles. (1966, p.370).

A educação despreocupada com o rumo da sociedade deve dar lugar à instituições comprometidas com as transformações profundas, implicadas com a formação qualificada das novas gerações e com profissionais satisfeitos e entusiasmados em fazer a diferença. Afinal, o que se busca é a transgressão de modelos obsoletos que historicamente caracterizam as escolas públicas, para a criação, embora tardia, de escolas que buscam a inovação e a quebra de paradigmas. Como afirma Gadotti,

Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea tomar, uma *educação voltada para o futuro* será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma educação muito mais voltada para a *transformação social* do que para a *transmissão cultural*. (2000, p.7).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados (parciais) apresentados neste trabalho de Iniciação Científica apontam para possíveis contribuições que a trajetória de vida enquanto sujeito comprometido com o processo de democratização da sociedade brasileira e latino-americana, como também pelo seu testemunho na vida profissional docente e pesquisador do campo da sociologia, que lhe rendeu o mérito de ser reconhecido como o ‘pai da sociologia crítica no Brasil’.

No Brasil como em todas as sociedades periféricas, a escola pública vem sendo utilizada como importante instrumento de manipulação das classes populares, pois para se estabelecer no poder, as classes dominantes necessitam dessa alienação do povo, e assim, dominar com menos obstáculos. O povo que não luta, não diz sua palavra, não reivindica, propicia a manutenção e as livres decisões do poder vigente.

Na perspectiva dialética, entende-se que se a educação historicamente foi direcionada para os interesses de determinada classe social (dominante), ela também pode ser dirigida na perspectiva dos dominados, basta que estes se reconheçam enquanto força propulsora e sujeitos de sua história. Este necessário desenvolvimento da consciência crítica em relação a situação em que o oprimido se encontra passa fundamentalmente pela tarefa de educar e por isso os professores tem um significado todo especial, são como que peças centrais na construção de uma sociedade menos desigual na contemporaneidade. Uma escola enquanto instituição político-pedagógica que está à altura do seu tempo, isto é, que proporciona as melhores condições para o avanço do conhecimento do mundo das ciências, e reconhece a identidade cultural de sua gente, com a presença de docentes qualificados, preparado, motivados e dispostos para a luta por um mundo melhor para todos, são peças-chave para um futuro mais promissor.

A partir do exposto, legitima-se a importância do professor enquanto cidadão, assumir seu compromisso com a luta da melhoria do ensino no Brasil. Este, não pode ficar isento de seu papel político, e precisa tomar consciência e que suas ações são imbuídas de intencionalidades, ou seja, ele age a favor ou contra certa(s) ideologia(s). Por isso, é importante que os educadores tenham clareza dessas condições, que se debruçam coletivamente em compreender o contexto social brasileiro e os interesses que estão implícitos a cerca dos movimentos políticos, econômicos, sociais e educacionais a sua volta.

## 5 REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique. A paixão pelo saber. In **O saber militante- ensaios sobre Florestan Fernandes**. Maria Angela D’Incao (Org.).- Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

FERNANDES, Florestan. Os educadores e as exigências educacionais do presente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 1959

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo. Editora Cortez (autores associados), 1989.

\_\_\_\_\_. **Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf> > Acesso em: 02 nov. 2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5ª ed. Comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

ZANETIC, João. Florestan Fernandes e a defesa da escola pública. **Revista Adusp**. Jan. 2006.